

**CONTRATO Nº 049/2017**

**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DE HIGIENE E LIMPEZA**

Que entre si celebram de um lado o contratante **MUNICÍPIO DE IBICARÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ Nº 82.939.448/0001-30, estabelecida à Rua D. Pedro II, 133, representada pelo Prefeito Senhor **Gianfranco Volpato**, CPF Nº 016.790.279-21, residente neste Município, e de outro lado a contratada empresa **MERCADO TORTELLI & TORTELLI LTDA - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 07.204.071/0001-55, com sede na Avenida Presidente Nereu Ramos, 78, Centro, Ibicaré - SC, representada neste ato pelo seu sócio administrador **MÁRCIO TORTELLI**, brasileiro, comerciante, portadora do CPF nº 021.952.829-24 residente e domiciliado nesta cidade, pactuam o presente contrato atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Este contrato tem origem no Processo Licitatório nº 23/2017, modalidade Convite 2/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO**

O presente contrato tem por objeto a aquisição eventual e futura de produtos alimentícios e de higiene e limpeza.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1. Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Prefeitura Municipal na Rua D Pedro II, 133, Centro, Ibicaré-SC, conforme a necessidade e solicitação da Secretaria e que deve ocorrer até dois dias consecutivos após a solicitação, oportunidade que serão conferidos a quantidade e qualidade dos produtos.

2.2. O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos produtos. Após o dia 31 de dezembro de 2017, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao contratado, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

3.1. A contratante pagará à Contratada na entrega do objeto, de acordo com a quantidade e respectivos valores conforme tabela a seguir, mediante a apresentação da Nota Fiscal:

Item	Qtd	Un	Descrição dos produtos	Valor Unit.	Valor total
1	400	Un	Cera líquida incolor 750 ml	8,30	3.320,00
2	200	Un	Sapólio líquido 300 ml	6,60	1.320,00

3	50	Un	Limpador Saponáceo Cremoso Ultra Higiene com cloro limpa e desinfeta 500 ml	9,95	497,50
13	200	L	Álcool etílico tipo líquido 90° gl frasco de 1 litro	7,60	1.520,00
16	200	Un	Erva Mate 1Kg.	10,45	2.090,00
17	400	Un	Água Mineral 20 l	14,00	5.600,00
25	100	Pct	Saco p/ lixo 100 l c/ 25 un	12,60	1.260,00
27	100	Pct	Saco p/ lixo 30 l c/ 50 un	12,60	1.260,00
32	300	Pct	Prato plástico descartável 26 cm - Pct c/10 un	4,60	1.380,00
35	50	Un	Espalhador de ceras – base madeira	11,70	585,00
37	120	Lata	Cera em pasta 375 g	13,50	1.620,00
39	30	Rolo	Filme, material PVC cloreto de polivinila, comprimento 300, largura 29.	24,40	732,00
55	5	Pct	Fralda infantil, tam. P, com barreiras laterais e antivazamento, fita multiuso ajustável, elásticos ajustáveis nas pernas, frente decorativa, corte anatômico e antimicol.	27,80	139,00
56	5	Pct	Fralda infantil, tam. M, com barreiras laterais e antivazamento, fita multiuso ajustável, elásticos ajustáveis nas pernas, frente decorativa, corte anatômico e antimicol.	27,80	139,00
57	5	Pct	Fralda infantil, tam. G, com barreiras laterais e antivazamento, fita multiuso ajustável, elásticos ajustáveis nas pernas, frente decorativa, corte anatômico e antimicol.	27,80	139,00
58	5	Pct	Fralda infantil, tam. XG, com barreiras laterais e antivazamento, fita multiuso ajustável, elásticos ajustáveis nas pernas, frente decorativa, corte anatômico e antimicol.	27,80	139,00
62	500	Pct	Copos transparente 80 ml. c/100 un.	4,70	2.350,00
63	500	Pct	Copos transparente 180 ml. c/ 100 un.	4,50	2.250,00
64	500	Pct	Copos transparente 300 ml. c/ 100 un.	6,70	3.350,00
68	100	Pct	Prato plástico descartável 14,8 cm - Pct c/10 un	1,46	146,00
69	60	Un	Botijão c/ gás de cozinha 13 kg	72,50	4.350,00
<b>TOTAL</b>					<b>34.186,50</b>

3.2. O contratante pagará à Contratada o valor conforme tabela acima, no prazo de até 05 dias após a entrega do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal e solicitação da Secretaria.

3.3. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, devidamente atestada pela Secretaria, pela pessoa responsável pelo recebimento e acompanhada de declaração do responsável constando o objeto e a quantidade recebida a cada entrega.

3.4. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou

fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.  
(...).

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura com seu término previsto em 31 de dezembro de 2017.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO ORÇAMENTO**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos orçamentários provenientes:

2.022 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00– Aplicações Diretas

2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração  
3.3.90.00.00– Aplicações Diretas

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO.**

A rescisão deste contrato poderá ocorrer por iniciativa de qualquer uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, mediante circunstanciada justificativa, ou por qualquer dos motivos constantes no artigo 78 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 atualizada, conforme o caso. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, à perfeita entrega dos produtos, objeto deste contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

O CONTRATADO, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, nas condições estipuladas, a entrega dos produtos deste contrato, diretamente na Escola Madre Leontina e Prefeitura Municipal, bem como, é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como, todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. É responsável também pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega dos produtos, bem como a recuperação ou indenização sem ônus para o Município ou Municípios. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO:**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Convite n. 2/2017, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CONVITE**

Este contrato vincula-se ao Edital de Convite nº 2/2017, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES:**

A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO :**

Na eventualidade do município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES:**

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA LIBERAÇÃO**

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir possíveis questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibicaré (SC), 08 de maio de 2017.

**MUNICÍPIO DE IBICARÉ**  
**Gianfranco Volpato**  
**Prefeito**  
**CONTRATANTE**

**MERCADO TORTELLI & TORTELLI LTDA - ME**  
**Márcio Tortelli**  
**Sócio administrador**  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome: João Nelson Antes  
CPF : 423.412.139-87

\_\_\_\_\_  
Nome: Evandro Volpato  
CPF : 949.814.009-00

Visto

\_\_\_\_\_  
DAGOBERTO PRIMO  
Advogado/Procurador  
OAB/SC – 10.011